

MONITOR FISCAL E ORÇAMENTÁRIO

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Junho/2019 (Dados de abril/2019)



CHAMADA INICIAL: Expectativas de mercado apontam para deficit primário de R\$ 104,3 bilhões em 2019, no âmbito do governo central. A meta anual, fixada na LDO, é de deficit de R\$ 139,0 bilhões. Ao mesmo tempo, o Poder Executivo manteve contingenciados R\$ 34,0 bilhões em suas despesas primárias.

A. EXPECTATIVAS DAS VARIÁVEIS MACROECONÔMICAS

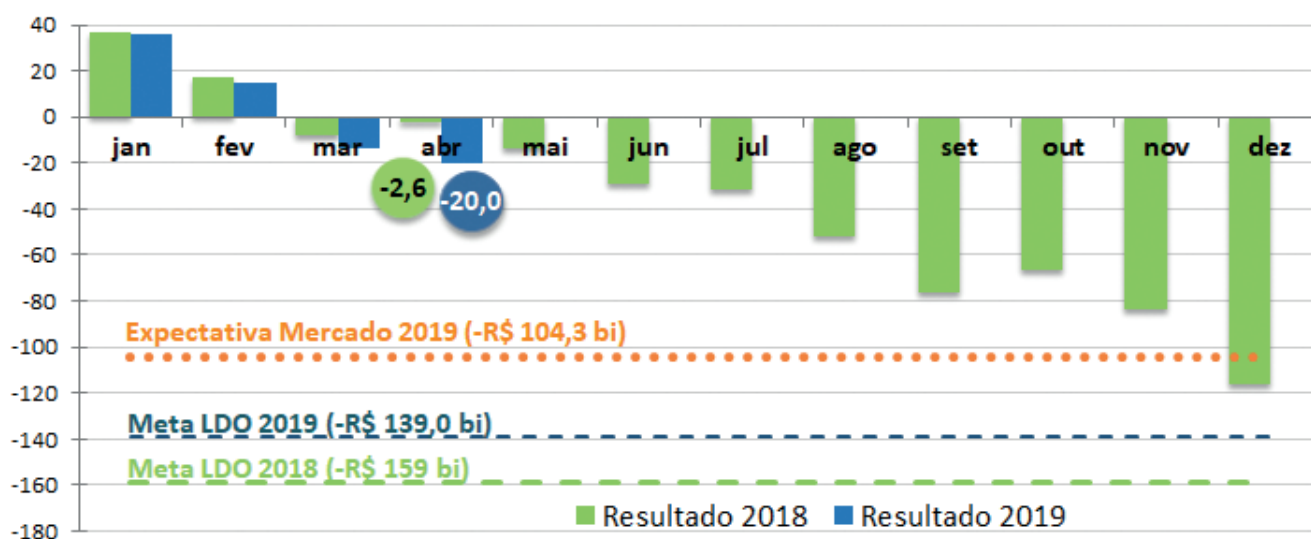
ITEM	LDO 2019	LOA 2019	2º BIM. 2019	MERCADO
Varição real do PIB (%)	3,00	2,50	1,60	1,00
PIB nominal (R\$ bilhões)	7.549,30	7.436,70	7.249,80	-
IPCA acumulado (%)	4,25	4,25	4,10	3,89
Varição da massa salarial (%)	4,10	7,54	5,20	-
Selic média (% a.a.)	7,70	7,17	6,50	6,50
Câmbio médio (R\$/US\$)	3,30	3,62	3,80	3,80

Fonte: Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2019, Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2019, Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º bimestre de 2019 e Relatório Focus de 7/6/2019 – Banco Central do Brasil.

B. RESULTADO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL ACUMULADO EM 2019

Resultado Primário Acumulado no Ano (2017-2018)

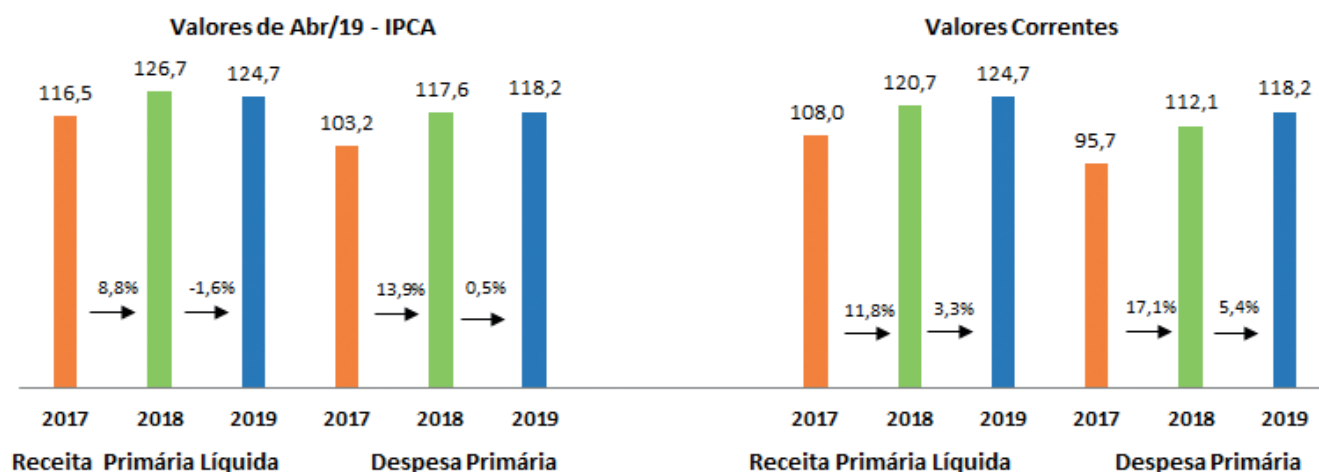
R\$ bilhões



Fontes: Banco Central para resultado acumulado no 2º bimestre, Lei 13.707/2018 (LDO 2019) para meta de resultado primário e Prisma Fiscal de junho de 2019, do Ministério da Economia, para expectativas de mercado (mediana).

C. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e Despesas Primárias - 2º bimestre (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional.

D. PROJEÇÕES DO GOVERNO CENTRAL PARA 2019

R\$ milhões

DETALHAMENTO DAS DESPESAS	PROJEÇÃO 2019 LOA 2º BIM		VARIÇÃO VALOR %	
1. Receita Primária Total	1.574,9	1.545,8	-29,0	-1,8%
2. Transferências por Repartição de Receita	275,2	275,5	0,3	0,1%
3. Receita Primária Líquida	1.299,7	1.270,3	-29,4	-2,3%
4. Despesas Primárias	1.438,7	1.411,3	-27,4	-1,9%
Obrigatórias	1.309,3	1.311,5	2,2	0,2%
RGPS	637,9	630,2	-7,7	-1,2%
Pessoal	324,9	325,0	0,1	0,0%
Outras Obrigatórias	207,0	213,1	6,1	2,9%
Benefício de Prest. Cont. (LOAS/RMV)	60,2	59,7	-0,6	-0,9%
Abono e Seguro Desemprego	59,8	56,8	-3,0	-5,0%
Subsídios e Subvenções	17,5	19,8	2,3	13,4%
Demais	69,5	76,8	7,3	10,5%
Obrigatórias sujeitas a prog. financeira	139,5	143,2	3,7	2,7%
Discricionárias do Poder Executivo	129,4	99,8	-29,6	-22,9%
5. Resultado Primário (3 - 4)	-139,0	-141,0	-2,0	1,4%

Fonte: Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias do 2º bimestre do Ministério da Economia.

E. CONTINGENCIAMENTO – PODER EXECUTIVO (2019)

R\$ milhões

ÓRGÃOS	LOA	AUTORIZADO	LIMITE DE EMPENHO1	CONTINGENCIAMENTO	
				VALOR	% DO AUTORIZ.
20000 Presidência da República ²	719,1	719,1	521,0	198,2	27,6%
22000 Agricultura, Pec. e Abastecimento	2.301,2	2.301,2	1.483,9	817,2	35,5%
24000 Ciência, Tec., Inov. e Com.	5.079,2	5.079,2	3.247,0	1.832,2	36,1%
25000 Economia ³	12.628,2	12.628,2	8.502,6	4.125,5	32,7%
26000 Educação ⁴	24.670,4	24.670,4	17.793,9	6.876,5	27,9%
30000 Justiça e Segurança Pública	3.832,2	3.832,2	2.726,8	1.105,3	28,8%
32000 Minas e Energia	4.737,4	4.737,4	882,5	3.854,9	81,4%
35000 Relações Exteriores	1.642,9	1.642,9	1.196,8	446,1	27,2%
36000 Saúde	20.046,9	19.446,9	19.446,9	0,0	0,0%
37000 Controladoria-Geral da União	110,1	110,1	86,6	23,5	21,4%
39000 Infraestrutura	10.902,9	10.902,9	8.600,3	2.302,6	21,1%
44000 Meio Ambiente	821,1	821,1	633,7	187,4	22,8%
52000 Defesa	13.227,1	13.465,0	7.393,8	6.071,2	45,1%
53000 Desenvolvimento Regional	9.211,6	9.211,6	7.028,8	2.182,8	23,7%
54000 Turismo	598,1	598,1	341,8	256,3	42,9%
55000 Cidadania ⁵	4.296,2	4.296,2	3.745,8	550,4	12,8%
60000 Gab. Vice-Pres. da República	7,6	7,6	6,9	0,7	9,2%
63000 Advocacia-Geral da União	450,0	450,0	327,8	122,2	27,2%
81000 Mulher, Família e Dir. Humanos	373,4	373,4	298,3	75,0	20,1%
Emendas individuais	9.143,7	9.143,7	7.178,6	1.965,1	21,5%
Emendas de Bancada	4.580,0	4.580,0	3.589,3	990,6	21,6%
Total	129.379,2	129.017,1	95.033,1	33.984,0	26,3%

Fonte: Siga Brasil e Decreto 9.809/2019.

1. Conforme art. 8º, I, do Decreto 9.711/2019, com redação dada pelo Decreto 9.809/2019, os limites podem ser ampliados em até R\$ 1560,0 milhões, por ato do Secretário Especial de Fazenda do Ministério da Economia. 2. Inclui os valores relativos à UO 71903. 3. Inclui os valores relativos às UOs 71101, 71104, 71904, 71905 e 73101. 4. Inclui os valores relativos à UO 74902. 5. Inclui os valores relativos à UO 74912.

F. EMENDAS IMPOSITIVAS (2019)

R\$ milhões

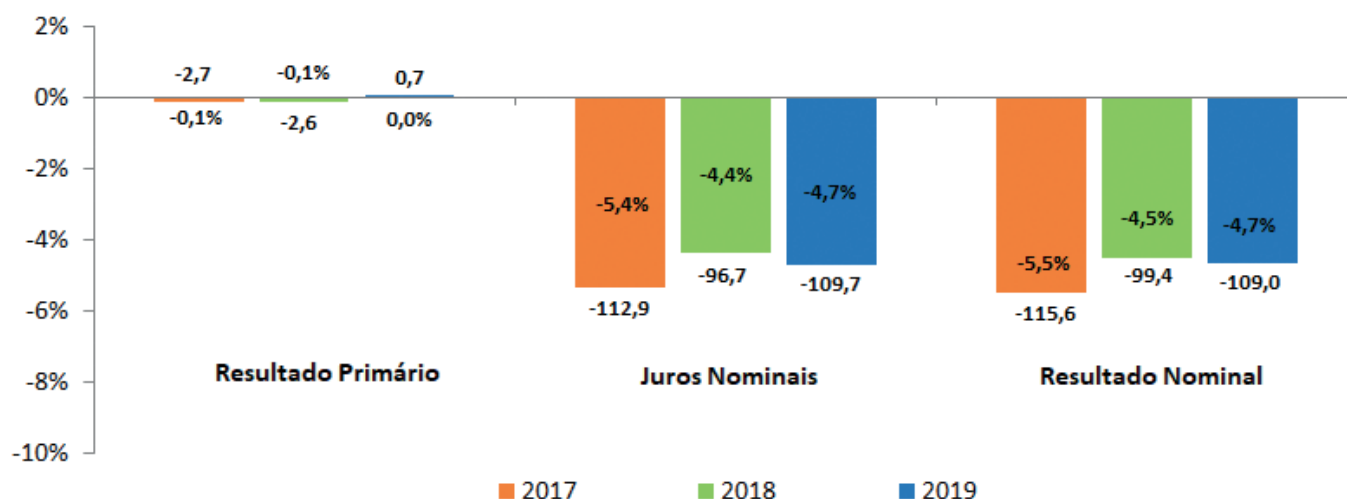
EMENDAS IMPOSITIVAS	AUTORIZADO1	LIMITE DE EMPENHO	EMPENHADO	PAGO		
				DO ANO	RESTOS A PG	TOTAL
Individuais	9.143,8	7.178,6	220,0	1,9	1.253,3	1.255,2
Despesas Correntes	4.447,9	-	28,2	1,9	176,9	178,8
Investimentos ²	4.695,9	-	191,8	0,0	1.076,4	1.076,4
Bancada Estadual	4.580,0	3.589,3	67,9	0,0	498,4	498,4
Despesas Correntes	1.601,0	-	0,0	0,0	33,0	33,0
Investimentos ²	2.979,0	-	67,9	0,0	465,4	465,4

Fonte: SIGA Brasil, dados atualizados até maio, e Decreto 9.809/2019.

1. Autorizado = LOA + Créditos adicionais. 2. Inclui Inversões Financeiras.

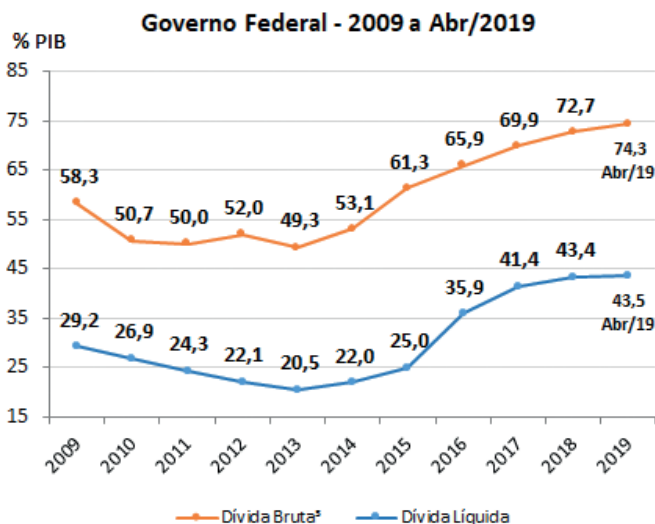
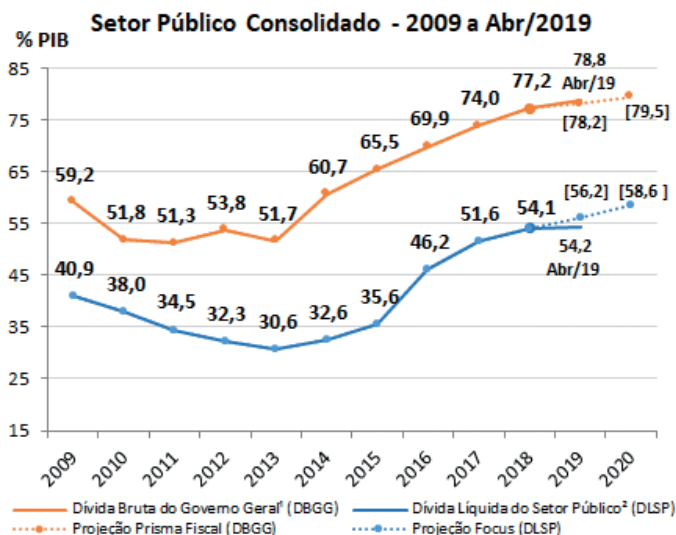
G.RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL DO GOVERNO CENTRAL

Resultados Fiscais do Governo Central - 2º bimestre (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central.

H. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal de Maio de 2019 e Relatório Focus de 7/6/2019. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Consultora-Geral: Ana Claudia C. S. Borges
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D'Ávila, Aritan Maia, Arthur Kronenberger, Dayson Pereira, Eduardo Rodriguez, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont, Rafael De Fraia e Souza.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal